

Sinditest-PR



SEMPRE NA LUTA, JUNTO COM A CATEGORIA

EDIÇÃO ESPECIAL DO JORNAL DO SINDITEST-PR | WWW.SINDITEST.ORG.BR | MARÇO DE 2023

#ReajusteSalarialJá

Após 7 anos, novo governo
retoma negociações
com a categoria



Marcelo Camargo/Agência Brasil

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva participa de encontro com dirigentes de centrais sindicais, no Palácio do Planalto

AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO:

Defasagem e a necessidade de equiparação do benefício **pág. 3**

PAUTAS LOCAIS:

Universidades da base iniciam implementação do PGD **pág. 6**

EDITORIAL

A democracia venceu! Agora é hora de reverter os retrocessos!

Após um período político conturbado, marcado pela retirada de direitos, pelo autoritarismo do ex-presidente, e pela tentativa de golpe fascista; a democracia finalmente venceu. Tanto com Michel Temer quanto com Jair Bolsonaro, vivemos anos difíceis, em que as instituições democráticas, as conquistas sociais, os serviços públicos, o meio ambiente, os direitos trabalhistas e os salários foram duramente atacados.

Embora descontentes, superamos de cabeça erguida uma série de episódios trágicos contra o nosso sistema democrático: o golpe que destituiu a presidenta Dilma, em 2016; as reformas Trabalhista e da Previdência; a PEC do Teto de Gastos; a prisão política de Lula e a eleição de Bolsonaro, em 2018; os sucessivos insultos dos ex-ministros da Educação e da Economia às servidoras e servidores públicos; e as ameaças impostas pela Reforma Administrativa e pelo projeto Future-se.

Somado a tudo isso, vivemos nos últimos três anos um colapso sanitário devido à pandemia de Covid-19. Foram cerca de 700 mil vidas perdidas no país — estima-se que ao menos 400 mil mortes poderiam ter sido evitadas se o Governo Federal tivesse agido de forma rápida e coordenada. O desprezo de Bolsonaro pela vida e pela ciência foi responsável por tamanha tragédia, que representa mais um genocídio em sua história política.

No entanto, as eleições de 2022 trouxeram uma chance para o país virar a página e escrever um novo capítulo de sua história. A vitória do presidente Lula restaurou a esperança do povo brasileiro em viver um Brasil melhor e sonhar novamente com o futuro.

Depois de anos de descaso, contamos com um governo aberto ao diálogo com a nossa categoria e que já abriu uma Mesa de Negociação para restaurar nossas perdas salariais e corrigir a defasagem de nossos benefícios. Mesmo com os limites impostos pelo orçamento público medíocre deixado por Bolsonaro para 2023, que não previa nada para as servidoras e para os servidores públicos, o contexto é de negociação.

Diante de um governo que valoriza os serviços públicos, se preocupa em melhorar a vida do povo e já sinaliza para investimentos em ciência e educação, a tarefa é organizar nossa luta para reverter os retrocessos que tivemos nos últimos anos e exigir que nossas demandas sejam atendidas.

Neste cenário democrático e de diálogo, a união da categoria e a participação de todos e todas é fundamental para a conquista dos nossos direitos. Caminhando juntos, vamos mais longe!

EXPEDIENTE

Sinditest-PR
SEMPRE NA LUTA, JUNTO COM A CATEGORIA

O Jornal do Sinditest-PR é uma publicação do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Terceiro Grau Público de Curitiba, Região Metropolitana e Litoral do Estado do Paraná. Avenida Agostinho Leão Junior, 177 – Alto da Glória - Curitiba/Paraná | Telefone: (41) 3362-7373. www.sinditest.org.br | imprensa@sinditest.org.br | Fotos: Sinditest-PR | Jornalista Responsável: Sílvia Cunha - MTB: 0009599/PR. | Redação: Sílvia Cunha e Sabrina Ramos | Diagramação: Ctrl S Comunicação (www.ctrlscomunicacao.com.br) | Tiragem: 4 mil exemplares | Gráfica: Gráfica Mansão - fone: 3598.1113 e 9926.1113. É permitida a reprodução com a citação da fonte.

TERRORISMO EM BRASÍLIA



Foto: Marcelo Camargo/ Agência Brasil

#SemAnistia: Desmentindo argumentos golpistas

No dia 08 de janeiro, uma semana após a posse do presidente Lula, bolsonaristas de todo o país atacaram a sede dos Três Poderes, em Brasília. Em uma clara tentativa de golpe, os terroristas vandalizaram o patrimônio público, histórico e cultural do Brasil. A principal justificativa foi a falsa alegação de fraude eleitoral. Confira outras fake-news e entenda por que nenhum argumento golpista faz sentido:

1. A urna eletrônica é segura

Embora tenha sido eleito inúmeras vezes pelo voto eletrônico, Bolsonaro sempre desconfiou da lisura das urnas e inflamou teorias conspiratórias, mesmo sem oferecer nenhuma prova para as acusações. Após a derrota, as suspeitas infundadas entre o eleitorado bolsonarista aumentaram. No entanto, a segurança, a eficácia e a transparência das urnas são comprovadas. Antes das eleições, os aparelhos passam por auditorias de entidades fiscalizadoras. Logo após a votação é gerado o boletim de urna, documento público com a apuração dos votos de cada seção, que pode ser consultado por qualquer pessoa. As urnas contam ainda com um sistema operacional isolado que não permite conexão com redes de internet, o que impossibilita ataques hacker.

2. Terrorismo não é liberdade de expressão

A liberdade de pensamento e expressão é um direito assegurado na Constituição Federal aos brasileiros e brasileiras. Ela consiste na livre manifestação de ideias, opiniões e pensamentos, sem censura ou arbitragem, desde que não haja violação de direitos e integridade física, mental, material, etc. Entretanto, os golpistas excederam todos os limites e foram criminosos no episódio de Brasília. A mobilização só demonstrou violência, desordem, invasão, depredação, discursos antidemocráticos e de ódio. Terrorismo e tentativa de golpe são crimes passíveis de punição e não são liberdade de expressão.

3. Não houve mortes nas detenções do ato golpista

Após as prisões dos envolvidos, golpistas relataram a morte de uma idosa em virtude das más condições às quais os presos, supostamente, estavam submetidos. A informação e a foto da possível vítima circularam pelas redes, mas foram desmentidas pela família da senhora fotografada. Os criminosos também alegaram não receber atendimento de saúde e alimentação adequadas e se queixaram de falta de comunicação com advogados e familiares - a Polícia Federal rebateu as denúncias e desmentiu, novamente, os golpistas.

Foto: Edu Carvalho



#Fake: De acordo com a família, Deolinda Ferracini morreu em decorrência de um AVC, em novembro de 2022

Defasagem e a necessária EQUIPARAÇÃO DO AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO do Executivo federal

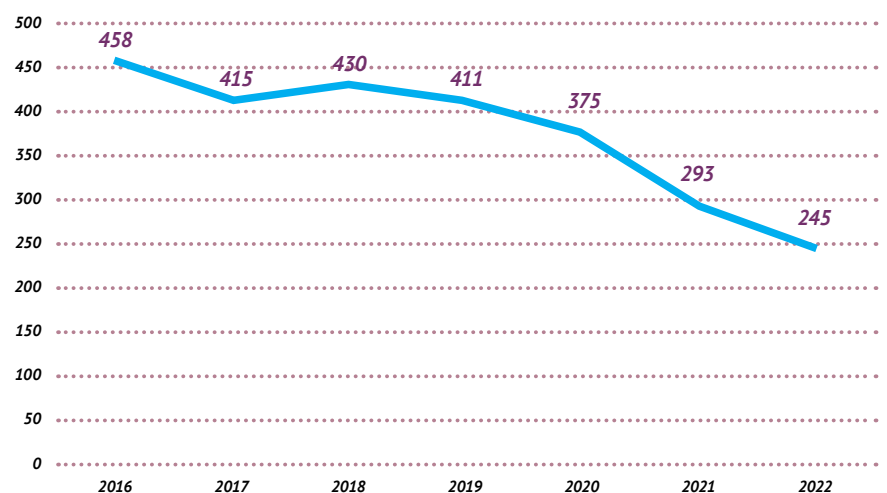
por Eric Gil Dantas, economista do Ibeps

Há pelo menos dois anos ir ao supermercado virou uma atividade triste. Levamos aquele choque de realidade ao olharmos os preços da carne, do óleo de soja, do leite, do queijo. É quando lembramos que o país está mal. Não dá pra comprar muita coisa, temos que procurar ainda mais os melhores preços possíveis. Pesquisar nos vários mercados da cidade virou a única alternativa para chegarmos até o final do mês.

Desde o início da pandemia a inflação mundial acelerou, sendo que os dois principais componentes dessa alta de preços foram os combustíveis e os alimentos. Segundo os dados da FAO Food Price Index (da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura), nunca foi tão caro se alimentar como em 2022. O preço da comida em 2022 foi 49% superior ao da média histórica da FAO (série que tem início em 1961). Mas a escalada forte dos preços no mundo começou já em 2020. No Brasil o problema se expressa nos índices de inflação de alimentos e bebidas. Em 2022, estes itens no INPC subiram 11,91%. No Brasil, a inflação de alimentos nos últimos quatro anos é de praticamente 50%!

Mesmo com toda essa inflação, o valor do auxílio-alimentação dos servidores públicos federais do Executivo está congelado desde janeiro de 2016 em R\$ 458. Mas de lá pra cá, quando consideramos os valores reais, o que era R\$ 458 já virou R\$ 245, isto porque a inflação de alimentos e bebidas no Brasil calculado pelo IBGE já acumula 64% desde o último reajuste do auxílio. ▶▶▶▶

Auxílio-alimentação dos servidores públicos federais do Executivo deflacionado pela inflação de alimentos e bebidas do INPC (janeiro de 2016 como base)



Elaboração: a partir dos dados do INPC/IBGE

Foto: Elineudo Meira/Fotos Públicas



Em São Paulo, manifestantes criticam alta no preço dos alimentos



Para se ter uma ideia, em termos atualizados, para que o auxílio-alimentação tivesse o mesmo poder de compra de janeiro de 2016, considerando a inflação de alimentos, o valor teria que ser de R\$ 923. Se considerássemos o INPC geral (e não o de alimentos especificamente), o valor teria que ser de R\$ 766. Mas seria mais condizente falar de inflação de alimentos, e não da inflação em geral, ou seja, o valor real mais próximo da realidade é o de R\$ 923. Isso só pra recuperar o poder de compra de 2016.

Mas a pauta dos sindicatos da categoria, tal como o do Sinditest-PR, é o de equiparação do auxílio-alimentação com o do judiciário. Com base no argumento de que as necessidades alimentares não se distinguem por classe ou cargo. Não faria sentido pagar para o Executivo um valor, e para o Judiciário e o Legislativo outro. O Judiciário, inclusive, acabou de ter um novo reajuste, passando de R\$ 910,08 para R\$ 1.203,76. Para os outros o valor é de R\$ 1.010,00 para os servidores do Tribunal de Contas da União e R\$ 982,00 para Câmara e Senado. Ou seja, o auxílio no Executivo equivale a 47% do valor do Congresso, 45% do TCU e 38% do valor do Judiciário federal.

Este problema já se soma a grande defasagem salarial de todo serviço público. O salário vem perdendo fortemente o poder de compra, e Bolsonaro não concedeu um único reajuste em todo o seu governo, mesmo com uma inflação acumulada de 28,6% nos seus quatro anos.

Torna-se urgente a negociação tanto do auxílio-alimentação quanto de reajuste salarial com o governo Lula.

“Este problema já se soma a grande defasagem salarial de todo serviço público. O salário vem perdendo fortemente o poder de compra, e Bolsonaro não concedeu um único reajuste em todo o seu governo, mesmo com uma inflação acumulada de 28,6% nos seus quatro anos”

Eric Gil Dantas, economista do Ibeps

CAMPANHA SALARIAL:

começam as negociações com o governo Lula

O coordenador geral da Fasubra, Toninho Alves, participou de um bate-papo exclusivo com o Sinditest-PR sobre as pautas que interessam à categoria, como a recomposição salarial, as transformações no ambiente de trabalho e a abertura de diálogo com o novo governo.

“Precisamos transformar as políticas de Estado desse país e, nesse momento, a Fasubra cumpre um papel fundamental. Temos espaço para caminhar nesses próximos quatro anos”, afirmou.

Confira uma síntese da entrevista!

Sinditest-PR: Nossa categoria está há sete anos sem reposição salarial, acumulamos uma **perda histórica** de quase 50%. O texto do relatório final do orçamento para 2023 prevê uma reserva de R\$11,7 bilhões para concessão de um reajuste aproximado de 9% para os servidores públicos do Executivo. Quais são as perspectivas em relação à negociação com o governo Lula?

Toninho Alves: Ainda estamos conversando sobre o **orçamento do governo anterior**. Com Bolsonaro vivemos um processo de reuniões que beirava o absurdo, sem nenhuma perspectiva de negociação e sem nenhum orçamento garantido.

Graças a nossa mobilização nas ruas e no parlamento, conseguimos, no último ano, debater o reajuste. O relator Marcelo Castro (MDB) chegou a dizer que garantiria a **recomposição salarial isonômica** a todas as servidoras e servidores públicos federais. Esse era o diálogo postado e chegou-se a citar a possibilidade de atingir a recomposição de 19,36% nesse cenário. **Conseguimos garantir R\$11 bilhões.**

Após sete anos sem diálogo, o governo Lula retomou em fevereiro as atividades da Mesa Nacional de Negociação Permanente dos SPFs. Além disso, as reuniões com as Centrais Sindicais, com os Reitores das Universidades, com a Andifes, foram movimentações simbólicas que sinalizaram que a **democracia está de volta aos processos** e que a gestão vai dialogar sobre os direitos que os trabalhadores têm. **O fato concreto é que esperamos que o governo diga quanto tem no orçamento para pagar a recomposição salarial e de que forma isso ocorrerá.**

Sinditest-PR: Uma das principais reivindicações da categoria tem sido a racionalização do PCCTAE. Em quais aspectos precisamos avançar nesse tema?



Foto: Fasubra Sindical

A FASUBRA Sindical, demais entidades do FONASEFE e do FONACATE, participaram da primeira reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP). Em pauta, a recomposição salarial das servidoras e dos servidores públicos federais do Executivo para 2023

Toninho Alves: Estamos vivendo um processo de transformação no mundo do trabalho. Os servidores públicos que entram hoje não são aqueles que entraram no meu período, muitos sem formação nem segundo grau. Entrávamos numa perspectiva de carreira. Atualmente, buscam ingressar já no nível médio ou superior. Então a racionalização também entra nessa lógica de que as **funções que existiam anteriormente já não existem mais**. A universidade tem uma outra dinâmica com a geração 5g, com o teletrabalho e com outras modulações.

Carreira não é só ganhar dinheiro, não é só falar de salário. Discutir carreira e democracia na universidade é discutir o papel do Estado. Nas instituições públicas ainda há uma hierarquia, na qual os docentes mandam. No entanto, boa parte das técnicas e dos técnico-administrativos também são professores, estão dando aulas nas universidades privadas, estão desenvolvendo projetos de pesquisa em outras áreas, mas não são reconhecidos. Precisamos racionalizar, obviamente, a lógica do trabalho, das funções, mas também discutir o papel que o técnico-administrativo tem no processo decisório.

Nossa expectativa é que o governo inclua a Fasubra na mesa de negociação, reconheça e recomponha a Comissão Nacional de Supervisão da Carreira (CNSC) e abra um calendário de debates

para que possamos discutir todos esses temas.

Sinditest-PR: Entre as transformações citadas por você está o **teletrabalho**. Como tem sido a adesão ao Programa de Gestão de Desempenho (PGD)? Quais medidas administrativas estão contidas na proposta da Fasubra de “revogação”?

Toninho Alves: Bolsonaro aproveitou o período da pandemia para fazer um laboratório nas universidades públicas. Na verdade, seu governo pensou numa **lógica economicista**, sem pensar nos impactos para o trabalhador, como a sobrecarga, o adoecimento pela falta de materiais específicos, além dos gastos. Em um determinado momento, o **assédio moral** também aumentou porque não havia hora para responder aos chamados das chefias.

É óbvio que não fechamos os olhos para a modernização do trabalho. A Fasubra não está inerte a isso. Realizamos no último período a reunião virtual da CNSC e no início de janeiro discutimos presencialmente o PGD e o teletrabalho, a racionalização e a concepção da carreira, e também atualizamos os dados. Esses temas foram debatidos, novamente, em uma reunião do GT Nacional de Carreira. E, embora tenhamos posição, não foi colocado ainda o que significa o teletrabalho tanto do ponto de vista do trabalhador individualmente, como do ponto de vista da organização coletiva e do movimento sindical. Precisamos debater essas

questões e os seus impactos.

Além disso, fizemos uma reunião com a Andifes para entender o que eles querem apresentar de carreira. A Fasubra tem uma lista de revogações que inclui, entre outros pontos, a questão do teletrabalho e das indicações dos Reitores interventores nas universidades. O documento já foi encaminhado ao MEC e, anteriormente, para a equipe de transição de Lula.

Sinditest-PR: Qual é o debate que a Federação está fazendo em relação às situações específicas dos aposentados e das aposentadas da categoria?

Toninho Alves: Tenho profundo respeito por esse segmento. Boa parte do que a gente vive se deve aos companheiros e companheiras que, ao longo da história, defenderam a universidade pública e garantiram direitos importantes. **Defendemos o tratamento isonômico, a revogação de alguns decretos que atingiram diretamente as aposentadas e aposentados e a abertura do debate para que as nossas entidades de base também os priorizem.**

Muitos TAEs se aposentarão nos próximos cinco anos, precisamos prepará-los para a aposentadoria e para que entendam que é necessário defender os aposentados e aposentadas atuais. Temos que trabalhar em conjunto, se separarmos por segmento, o governo terá mais facilidade de retirar os nossos direitos e de controlar os trabalhadores e trabalhadoras das Universidades.

Sinditest-PR: Com a vitória de Lula, após o fim do processo eleitoral, ações golpistas nas rodovias e em frente aos quartéis gerais se intensificaram, culminando com o atentado à Brasília. Diante deste cenário, quais estratégias estão sendo articuladas pela Fasubra para enfrentar o avanço do neofascismo aqui no Brasil, que agora se apresenta inclusive com elementos terroristas?

Toninho Alves: A classe trabalhadora e os movimentos sociais não podem ficar inertes a esse processo. Precisamos de novo ocupar as ruas, defender a democracia na essência da palavra, no processo dialético. Precisamos estar dentro do Parlamento, ocupar os órgãos públicos, as frentes, ocupar o que o governo oferece de espaço para a sociedade se manifestar e debater projetos sociais. **No nosso caso específico, nós pre-**

“Carreira não é só ganhar dinheiro, não é só falar de salário. Discutir carreira e discutir a democracia na universidade é discutir o papel do Estado. Precisamos racionalizar, obviamente, a lógica do trabalho, das funções, mas também discutir o papel que o técnico-administrativo em educação tem no processo decisório”



“Esperamos que nesta mesa o governo diga quanto tem no orçamento para pagar a recomposição salarial e de que forma isso ocorrerá”

Toninho Alves



A entrevista completa, conduzida pelo coordenador **Evandro Castagna**, está disponível no nosso canal do YouTube. **Assista!**



cisamos fortalecer a universidade.

Bolsonaro conseguiu implementar 22 interventores para desmontar a autonomia das instituições. **Precisamos abrir as portas para debater, de fato, a democracia na universidade, dialogando com aqueles que sempre a defenderam. Corremos o risco dessa frágil democracia da universidade pública ser jogada ralo abaixo, porque é tão simples co-**

locar interventor como o ex-presidente fez.

Bolsonaro destruiu as políticas do governo anterior porque não eram Políticas de Estado, eram políticas de governo. **Política de Estado é permanente, ela não acaba com a mudança de governo, ela não fica à disposição daquele que está mandando, daquele que está de plantão.** Nós precisamos transformar as políticas concretas de Estado desse país e esse é o momento.

Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP)

No dia 16 de fevereiro, o Governo apresentou a proposta de **7,8% de reajuste linear mais R\$ 200 reais no auxílio alimentação** (44% de acréscimo).

Na avaliação dos representantes da categoria, há margem, do ponto de vista orçamentário, para proporcionar uma **reposição maior** do que o percentual sugerido na mesa de abertura.

Quanto ao auxílio alimentação, há também um entendimento da necessidade de **ampliação da discussão do incremento de outros benefícios**, como auxílio saúde e auxílio creche por meio da utilização de recursos oriundos de fontes que não comprometam a Lei Orçamentária Anual (LOA). Todos esses pontos foram expostos durante a segunda rodada das negociações, no dia 28 de fevereiro, e formalizados em uma carta direcionada à gestão.

Importante: Destacamos que esta mesa versa sobre a **reposição emergencial**, contemplando todos os servidores públicos do Executivo federal e suas respectivas entidades nacionais. Após a sua finalização, passaremos para a negociação da política de recomposição das perdas para o Orçamento de 2024 e também das mesas específicas pra tratar das demandas de cada carreira.

O Sinditest-PR acompanha de perto as negociações!

Um ano de pautas locais: avanços e desafios

PGD-Teletrabalho começa a ser implantado nas três instituições

Delegadas e delegados de base estão frustrados com o lento progresso no atendimento das pautas locais na Unila, resultado do descaso e da falta de vontade política da Reitoria, que se recusa a estabelecer uma agenda de reuniões com os técnicos e as técnicas. “De todos os pontos que foram colocados, nenhum foi cumprido. Estamos sendo sistematicamente excluídos da vida acadêmica, nossa carreira está sendo resumida a ‘apertador de botão’. Chegamos a um ponto no qual os TAEs não se percebem mais como parte da Universidade”, relatou Fernanda Pereira, representante por local de trabalho.

Na instituição, apenas um assunto avança: o Programa de Gestão e Desempenho (PGD). Para a delegada, a adesão ao teletrabalho tem sido motivada, principalmente, pelo ambiente laboral tóxico e pela falta de uma política institucional de combate ao assédio moral, provocando estímulo a tais práticas, fruto da inércia da gestão. “O PGD andou porque era interesse do Reitor liberar os espaços, devolver os edifícios e terminar o mandato apresentando economia. É muito triste você ver que as pessoas estão tão desesperadas para não estarem naquele ambiente que estão aceitando qualquer coisa”, destacou Fernanda.

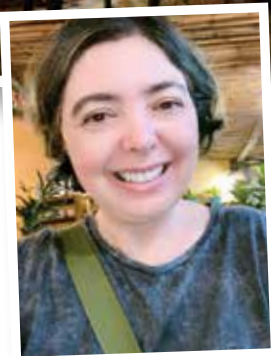


Foto: Unila

Com o avanço do teletrabalho, Edifício Lorivo, sede administrativa da Unila desde 2013, foi desocupado



Fernanda Pereira, delegada de base da Unila



Elis Regina Ribas, técnica-administrativa em educação na UFPR e coordenadora do Sinditest-PR

Comissão de Negociação do Sinditest-PR, eleita em Assembleia Geral, discute pauta local da UFPR

UFPR

Na UFPR, pautas importantes, como a institucionalização de uma política de combate ao assédio moral tanto na Universidade quanto no Complexo Hospital de Clínicas, seguem não resolvidas. No entanto, a pressão exercida pela categoria fez diferença e contribuiu para que reivindicações antigas, entre elas o reconhecimento pelo Conselho de Pesquisa, Ensino e Extensão (CEPE) para a coordenação de projetos de pesquisa na Universidade pelos técnicos e a reabertura da Casa 1 (antigo Ambulatório dos Funcionários) - espaço voltado para o atendimento ambulatorial da comunidade acadêmica, saíssem do papel e se tornassem conquistas.

O teletrabalho também está encaminhado na instituição. “O programa de gestão teletrabalho (regime integral ou parcial) foi implementado e está em período de ambientação. Das atividades liberadas, a Comissão de Implantação e Supervisão do Programa de Gestão (CIT) recebeu 28 processos, que correspondem a 97 requerentes. Até o momento, 85,6% das demandas foram atendidas e as demais estão em tramitação para pequenos ajustes. Nos próximos dias novas atividades poderão ser incorporadas ao programa” explicou Elis Regina Ribas, coordenadora do Sinditest-PR.



Foto: DIRCOM/Katsuk

Comissão de negociação do Sinditest-PR realiza reunião com a Reitoria da UTFPR

UTFPR

Na UTFPR, demandas como a revisão do regulamento da jornada flexibilizada de 30 horas e a ausência de uma política para os processos de movimentação de pessoas, continuam pendentes. A carência no número de servidores - um problema antigo que demanda a abertura de novos concursos públicos - também é uma questão urgente não solucionada. No entanto, assim como nas outras instituições, o teletrabalho tem sido priorizado pela gestão - um período piloto do programa está sendo implementado em áreas como a Pró-Reitoria de Planejamento e Administração (PROPLAD), as Diretorias de Gestão de Pessoas (DIRGEP) e de Gestão da Tecnologia da Informação (DIRGTI), incluindo suas estruturas na Reitoria e nos campi, além do Escritório de Processos (EPROC), da Corregedoria e da Auditoria Interna (AUDIN). A fase de testes terá duração de três meses. “Em fevereiro estamos entrando no terceiro mês de execução da experiência-piloto do PGD na UTFPR, e até o momento 131 servidores das áreas selecionadas já aderiram ao programa e, em pelo menos parte desse período, executaram suas atividades nesse novo formato de trabalho, em sua grande maioria na modalidade de teletrabalho parcial”, explicou Diego Aparecido Maronese, presidente da Comissão Central de Implantação e Acompanhamento do Programa de Gestão de Desempenho.

De acordo com o técnico, além do aumento na produtividade, há consenso entre os participantes que a longo prazo o trabalho desenvolvido no modelo de execução proposto pelo PGD pode possibilitar a implantação de rotinas de trabalho intercampi, com os servidores atuando em núcleos especializados para atenderem toda a instituição. “Em relação ao sistema utilizado, uma grande parte dos servidores e chefias achou o SISPG/SUSEP complicado e ‘engessado’ demais, principalmente na elaboração do plano de trabalho, além de apontarem algumas falhas e a ausência de relatórios gerenciais básicos para auxiliar no acompanhamento e publicidade das informações dos participantes do programa”, finalizou Maronese.

O Sinditest-PR lamenta que as pautas das técnicas e dos técnico-administrativos em educação sigam sendo ignoradas e relembra que muitas das reivindicações foram promessas de campanha dos atuais Reitores. Apesar das adversidades, seguimos na luta!

O Sinditest-PR lamenta que as pautas das técnicas e dos técnico-administrativos em educação sigam sendo ignoradas e relembra que muitas das reivindicações foram promessas de campanha dos atuais Reitores. Apesar das adversidades, seguimos na luta!

BALANÇO 2022

Saiba tudo o que rolou no seu Sindicato!

O Sinditest-PR se prepara para mais um ano de lutas, eventos, ações, assembleias e demais encontros com a categoria da base. Mas antes, confira tudo o que aconteceu ao longo de 2022, ano marcado pelo retorno das atividades presenciais.

Jurídico

Setor com grande procura entre os TAEs da base, os atendimentos jurídicos somaram cerca de 169 orientações presenciais no 2º semestre de 2022. Os atendimentos ocorrem de segunda a sexta-feira, das 9h às 18h, na Sede Administrativa do Sinditest-PR. Outra modalidade disponível são as consultas com advogados e advogadas que prestam assessoria jurídica ao Sindicato, ao todo foram realizados 274 agendamentos para assistência jurídica.

Assembleias e reuniões

Ao todo, o Sinditest-PR promoveu 13 assembleias (geral, setorial, ordinária e extraordinária) para deliberar sobre assuntos e urgências das técnicas e dos técnicos-administrativos em educação. Entre as pautas abordadas estão: recomposição salarial, conjuntura, planos de luta, pautas locais, plano de saúde, preço do R.U, eleição de delegados e delegadas de base, prestação de contas, piso salarial da enfermagem, paralisações e informes. Além disso, as coordenadoras e os coordenadores do Sindicato, TAEs e representantes da base se reuniram mais de 17 vezes em reuniões presenciais com os reitores e superintendentes das universidades.



GT de aposentados, aposentadas e pensionistas

O Sinditest-PR retomou as reuniões do GT de aposentados, aposentadas e pensionistas, no 2º semestre de 2022, e realizou seis encontros para os técnicos e técnicas. As atividades promovidas envolveram confraternizações com coffee break; bingo; apresentação do Coral Mahú; dinâmicas de grupo realizadas pela estudante de Terapia Ocupacional Pamela Figueiredo, celebração do Dia da Pessoa Idosa; e palestras e ações de conscientização e prevenção do câncer de mama, de colo do útero e de próstata, durante as campanhas Outubro Rosa e Novembro Azul. Em dezembro, o Sindicato promoveu o passeio para o Caminho do Vinho, com café colonial incluso para os aposentados e aposentadas.



Jantar dançante

Em comemoração ao Dia da Servidora e do Servidor Público, o Sinditest-PR promoveu um jantar dançante para os técnicos e técnicas que integram o quadro associativo da entidade. O Jantar "Em defesa dos servidores e das servidoras, dos serviços públicos e da democracia" aconteceu no dia 28 de outubro e reuniu cerca de 432 pessoas, entre TAEs filiados e acompanhantes. A celebração contou com pista de dança, música ao vivo, cabine de fotos instantâneas e sorteio de brindes.



Delegados e delegadas de base

Os técnicos e técnicas elegeram doze novos delegados e delegadas de base. Na UNILA, foram escolhidos os TAEs André Macedo, Diógenes Alencar Bolwerk, Fernanda Pereira, Luiz Fernando Mathias, Robson Eduardo Gibim, Rômulo Bassi Piconi, Sandra Aparecida Zotovici e Sandra Regina Bolwer. Na UFPR, Setor Litoral, assumiu a técnica Letícia Ribas; o técnico Marcelo Smaniotto no Campus de Pontal do Paraná; Juan Delfes no Setor Palotina; Lierian Aparecida Oto na AGTIC/PRA; Diego da Silva no Setor de Ciências Jurídicas. Na UTFPR, o técnico Ivanir Marchetti assumiu como delegado do Campus Toledo.

Atos, plenárias e manifestações

O ano de 2022 foi de muita luta para a categoria. Em março, as coordenadoras Mariane Siqueira e Rosaninha Silva somaram ao Ato 8M, pelo Dia Internacional da Mulher, na capital paranaense, e deram início às lutas do Sindicato. Em Guarapuava, a coordenadora Flávia Maria Cordeiro também aderiu à mobilização.



Até abril, os TAEs estiveram unidos em outras quatro ocasiões pela greve nacional e paralisações pela recomposição salarial de 19,99%, no CHC, UFPR, UTFPR e UNILA. Entre junho e agosto, ocorreram novos encontros em virtude dos duros ataques do ex-presidente às universidades públicas e à democracia. Os atos Em Defesa da Universidade Pública, Fora Bolsonaro e Em Defesa da Democracia e do Sistema de Justiça, uniram técnicas e técnicos, estudantes, docentes, movimentos sociais e a classe trabalhadora, em Curitiba e Cascavel.

O mês de setembro foi marcado pelas lutas dos trabalhadores e trabalhadoras da saúde. Os TAEs da base se mobilizaram com força nos três Atos Nacionais em Defesa do Piso da Enfermagem e na greve da Ebserh. Com o apoio do Sindicato, os técnicos e técnicas paralisaram as atividades por cerca de 09 dias, a maior greve da história da empresa.

Além das manifestações, o Sinditest-PR marcou presença na plenária dos Servidores Federais, em janeiro; e nas plenárias da Fasubra que aconteceram nos meses de junho e novembro.

Mutirões

O Sindicato deu início a uma intensa campanha de atualização cadastral das filiadas e filiados nos campus das universidades. Foram realizados 12 mutirões, entre os locais das ações: o Setor de Ciências Agrárias, Exatas, Biológicas, Tecnológicas, Litoral, Prédio Histórico, HC, a AGTIC, Reitoria da UFPR e UTFPR. Nos mutirões, 180 atualizações foram cadastradas e novos técnicos e técnicas ingressaram ao quadro associativo do Sinditest-PR. Os TAEs que participaram da campanha receberam brindes.



Feira da Economia Solidária

Mensalmente, o Sinditest-PR promove a Feira de Economia Solidária, em parceria com a Rede Produtos da Terra, expositoras e expositores da categoria. A iniciativa busca engajar as filiadas e filiados a adotar um estilo de vida e uma alimentação mais saudável, além de estimular a economia local e contribuir com o trabalho de pequenos produtores. Ao longo de 2022, o Sindicato realizou vinte edições da Feira, algumas delas com temáticas especiais: Páscoa; Dia das Mães e Pais; Dia dos Namorados; Festa Junina; Primavera; 21 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres; e Natal.

Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM) de Curitiba

Em novembro ocorreu a eleição para o CMDM e o Sinditest-PR foi reeleito para integrar o Conselho entre 2023 e 2025. Desde março de 2021, o Sindicato possui representação e o próximo mandato contará com as coordenadoras Rosaninha Silva como conselheira titular e Mariane Siqueira como suplente.



MEMÓRIA



Sinditest-PR completa 30 anos de lutas e vitórias



Com 30 anos de história, o Sinditest-PR viveu vários momentos políticos ao lado das técnicas e dos técnico-administrativos em educação. O Sindicato sempre se mobilizou para defender os direitos da categoria e apoiar os TAEs. Juntos, passamos por dias de tensões, lutas e vitórias, como os atos em defesa das trabalhadoras e trabalhadores da Funpar, Ocupa Brasília, o movimento Unila Resiste, entre tantos outros. Relembre alguns momentos marcantes da nossa trajetória!

